

ANDES quer evitar “estrangulamento financeiro”

A Portaria Normativa nº 1, publicada em 20 de março deste ano, estabeleceu novas orientações aos órgãos da administração pública federal sobre o processamento das consignações em folha de pagamento do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, e fixou condições para o cadastramento e recadastramento de consignatários. A norma trouxe problemas a várias entidades sindicais e afetou o ANDES-SN porque estabelece que os repasses das contribuições voluntárias de servidores só poderão ser feitas a entidades mediante declaração de que possuem registro sindical emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Como se sabe, o registro do Sindicato Nacional encontra-se suspenso desde 2003.

Em virtude de que o prazo para essa adequação encerrava dia 30 de novembro, o presidente do ANDES, **Ciro Correia**, com o apoio do deputado **Mauro Nazif** (PSB-RO), da comissão de

Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara Federal, esteve no dia 27 de novembro no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Na audiência obtiveram o compromisso do secretário de Relações do Trabalho daquele ministério, **Duvanier Paiva Ferreira**, de que o MPOG manterá por até um ano as consignações das entidades sindicais que demonstrarem ter solicitado o registro sindical junto ao MTE. Durante o encontro, Paiva Ferreira solicitou que o ANDES reenviasse a documentação na qual foi solicitado o restabelecimento do registro sindical.

Durante a audiência, **Ciro Correia** afirmou: “Temos uma atuação reconhecida em todo o país, e uma legitimidade que construímos ao longo de quase três décadas de defesa da universidade pública e dos docentes. Mesmo assim, nosso registro sindical foi suspenso de forma arbitrária pelo MTE, que ignorou as ações judiciais transitadas em julgado que nos deram o direito à representação dos docentes do ensino superior, portanto, é o próprio governo que tem que nos apontar uma solução para um problema criado por ele mesmo”. O secretário se comprometeu, então, a dar o mesmo tratamento para o ANDES-SN caso



Ciro Correia (d) e deputado Mauro Nazif, na audiência com **Duvanier Paiva**, do MPOG

a entidade apresentasse novo documento protocolado no MTE solicitando novamente os trâmites necessários naquele Ministério para a vigência do registro sindical da Entidade.”

Para o presidente do Sindicato Nacional, a expectativa de solução dos problemas gerados pela Portaria Normativa nº 1/2008 é positiva. “Temos o apoio da subcomissão da CTASP, que foi fruto da pressão do próprio Sindicato e de outras entidades dos movimentos sociais e sindicais que saíram em defesa do ANDES-SN e vamos providenciar o acertado na presença do deputado **Mauro Nazif**, com o Secretário **Duvanier**. Para nós é fundamental o apoio parlamentar que resultou na atenção dos ministérios do Trabalho e do Planejamento, que depois do Ato Público do dia 11 parecem ter mudado seu tratamento com o Sindicato Nacional, demonstrando estarem preocupados em encontrar soluções para os impasses que nos foram criados”.



José Francisco Silva Dias, 61 anos, professor do departamento de Desportos Coletivos, CEFD.

“A universidade crítica não está morrendo. O que talvez estejamos assistindo, ou melhor, sentindo, é um princípio de algo que podemos denominar de medo. Aí podemos perguntar: medo de quê? Os militares já saíram do poder. Mas quem ou o quê assusta? Talvez, assuste a facilidade com que rasgaram algumas bandeiras em troca de alguns favores. Favores são tão fáceis, tão corrosivos e tão cretinos! Mas, não acho que a universidade crítica esteja morrendo”.

Clovis Guterres, 61 anos, professor departamento de Fundamentos da Educação, CE.



“Após o golpe militar de 1964 foi implantado um modelo americano de universidade (no Brasil) no qual a crítica foi sufocada. Na retomada pós-ditadura, mais especificamente a partir de 2003, a reforma discutida para a universidade brasileira é chamada de contra-reforma (em relação aos anos anteriores à ditadura), pois é tida como conservadora. Atualmente, a universidade é apenas tecnológica e funcional e assim se perdeu um pouco da consciência política transformadora”.

SEDUFMSM propõe débito em conta a associado

Em função da suspensão do registro sindical do ANDES, a SEDUFMSM não pode recadastrar-se junto ao ministério do Planejamento. Com isso, desde junho, quando caiu a GED e foi instituída a GTMS, o sindicato não conseguiu incluir o desconto sobre a nova gratificação. Isso representou uma queda de 35% na arrecadação da entidade, conforme o cálculo efetuado pela secretaria. As dificuldades tendem a aumentar tendo em vista que o governo encerrou o prazo para adequação à Portaria nº 01/08 no dia 30 de novembro. Caso o MPOG não estenda o prazo por mais um ano para que as seções sindicais possam se adequar (ver matéria acima), corre-se o risco de os sindicatos terem suspenso os valores das consignações, que são responsáveis pela manutenção das entidades.

A partir desse quadro de dificuldades, com a arrecadação em queda e uma ameaça de ficar sem recursos para poder atuar, a diretoria da SEDUFMSM comunica aos associados que pretende passar a contribuição mensal de cada professor para débito em conta. A partir do momento que essa iniciativa for colocada em prática não haverá mais necessidade de incluir os descontos dos associados via sistema informatizado do governo. Por esses motivos, a SEDUFMSM solicita aos docentes que compareçam ao sindicato, o mais breve possível, e assinem um “termo de compromisso” autorizando o débito em conta bancária.

ELES DISSERAM

“É a primeira vez que o Estado pede desculpas por ter quebrado a via democrática e ter rasgado a Constituição Brasileira”. (Cezar Britto, presidente da OAB, sobre a anistia concedida ao ex-presidente João Goulart, revista Carta Capital, 26 de novembro de 2008).

“Marx nunca teve tanta razão quanto agora. O trabalho constrói, e a privação dele é uma espécie de trauma”. (José Saramago, escritor e prêmio Nobel, sobre a crise financeira, Folha de São Paulo, 29 de novembro de 2008).

“Cortar juros da dívida e de custeio para ampliar gasto com educação, saúde e transporte amenizam o custo da crise”. (Márcio Pochmann, presidente do IPEA, Zero Hora, 5 de dezembro de 2008).

“O importante não é saber a resposta, o importante é saber fazer a pergunta”. (Professor Edmundo Fernandes Dias, da Unicamp, durante palestra na UFSM, dia 18 de novembro de 2008).